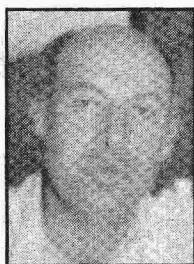


6 ABR 1991

tribuna da

CIDADE

POR NURI ANDRAUS GASSANI



Presidente da Associação Comercial do DF

A barraca de 40 mil dólares

Quando a semana inglesa foi aprovada pela Assembléia Distrital, houve algumas comemorações na cidade. Não partiram dos comerciantes, nem da maior parte dos comerciários, muito menos do público consumidor, desrespeitado por não ter sido ouvido. Rejubilaram-se, sem dúvida, alguns sindicalistas, pequena parcela dos comerciários, iludida, e os camelôs.

É preciso alertar a cidade: os grandes vencedores da queda de braço (em dois rounds) disputada na última terça-feira no ringue da Assembléia foram os informais, que têm agora o monopólio do comércio aos sábados e domingos.

Um cidadão que procure abrir uma loja em qualquer lugar no DF — Plano ou satélites — sabe que terá despesas inevitáveis, além daquelas decorrentes do seu próprio negócio: compra de um ponto, aluguel, luz, água, IPTU, e os impostos: ICMS, IR, encargos trabalhistas. Quanto custa um ponto comercial? No Plano, em quadra tradicional, alguma coisa por volta de 5 milhões de cruzeiros. Nas satélites, um pouco menos. Os aluguéis, em qualquer hipótese, não serão nunca menores do que cem mil cruzeiros mensalmente. Com tudo isto, e mais a crise, há pontos em oferta, e não há compradores.

Entretanto, há filas para comprar pontos nas feiras: no Guará, um box vale hoje, em dinheiro vivo, 10 milhões de cruzeiros. Quarenta mil dólares! Por que isso? Porque o Estado tem penalizado o comércio e privilegiado os informais. Dessa maneira, não é de se

estranhar que o comércio formal no Guará seja pequeno: grande é a feira. Na Ceilândia, o mesmo: feiras por todos os lados. Na plataforma superior da rodoviária, os ambulantes eram duzentos. Falou-se em assentá-los. Um mês depois da notícia, já são mil. Será a futura Feira do Plano Piloto.

Não há que atacar a informalidade só porque seja informal, mas é preciso deixar claro que a informalidade, quando é estimulada, prejudica a todos: ao Estado, que perde receita; aos mais pobres, porque não tendo receita, o governo deixa de fazer saúde, habitação, escola, segurança. Perdem os comerciantes, que acabam buscando a informalidade cômoda e rentável. Finalmente, perdem os trabalhadores, porque, na informalidade, não desfrutam de garantias trabalhistas.

A semana inglesa, como aprovada, abre exceção para as feiras. Mais uma vez, perde o segmento organizado e contribuinte, perde o governo, perde o povo. Ganha o Paraguai.

De tombo em tombo, o DF desceu de 40 para 25% de receitas próprias, em menos de dez anos. O governo não tem recursos e não tem onde buscá-los. A semana inglesa tende a agravar o quadro.

E daqui a pouco iremos todos às compras, como na Idade Média, montados a cavalo, ao som de flautins e "tamborins", com menestres e jograis à volta, justas de cavaleiros e mulheres de véus nos rostos. Tudo como na Idade Média. E sempre aos domingos.